

# **A LEI E OS SANTOS**

**ARTHUR W. PINK**

Fonte: *Providence Baptist Ministries*  
(<http://www.pbministries.org>)

Tradução: Rodrigo Reis de Faria  
([rodrigoreisdefaria@gmail.com](mailto:rodrigoreisdefaria@gmail.com))

13/02/2014

## INTRODUÇÃO

Já foi dito que todo pecador não-regenerado tem o coração de um fariseu. Isto é verdade; e é igualmente verdade que todo pecador não-regenerado tem o coração de um antinomista. Este é o caráter expressamente conferido à mente carnal – ela é “inimizade contra Deus”; e a prova disto é que “não é sujeita à lei de Deus, nem, em verdade, o pode ser” (Rm 8:7). Deveríamos nos surpreender, então, se encontrássemos os princípios subjacentes do farisaísmo e do antinomismo unidos na mesma mente? Certamente que não. Não existe entre estes princípios aparentemente opostos oposição mais real do que entre a inimizade e o orgulho. Muitos servos indolentes já aborreceram a seu mestre e seu serviço, e, contudo, tiveram arrogância e presunção suficientes para exigirem o seu salário. O farisaísmo e o antinomismo se unem, assim como Herodes e Pilatos, contra a Verdade.

O termo antinomiano significa alguém que é contra a Lei, logo, quando declaramos que a nossa época é de ilegalidade, este é apenas outro modo de dizer que é uma época caracterizada pelo antinomismo. Há pouca necessidade de pararmos e apresentar prova de que esta é uma época de ilegalidade. Em cada esfera da vida, o triste fato nos confronta. Na quase total ausência de qualquer disciplina real na maioria das igrejas, vemos o princípio exemplificado. Não mais do que duas gerações atrás, milhares, dezenas de milhares, dos membros de vida relaxada cujos nomes agora são retidos nos rolos de membros, teriam sido desmembrados. O mesmo ocorre na grande maioria de nossos lares. Com exceções comparativamente raras, esposas não estão mais em sujeição aos seus maridos (Ef 5:22, 24); e, quanto a obedecê-los (1 Pe 3:1, 2, 5, 6), ora, a maioria das mulheres exige que essa palavra tão detestável seja lançada para fora da cerimônia de casamento. Do mesmo modo com as crianças – como poderia ser diferente? A obediência aos pais é uma coisa quase que totalmente do passado. E as condições no mundo? A infidelidade conjugal abundante, o comércio dominical, o banditismo, linchamentos, greves, e várias outras coisas que poderiam ser mencionadas, tudo dá testemunho da assustadora onda de ilegalidade que está inundando o país.

Qual é, podemos apropriadamente inquirir, a causa da ilegalidade que agora prevalece tanto? Para cada efeito há uma causa, e o caráter do efeito geralmente sugere a natureza da causa. Estamos certos de que o atual e difundido desprezo pela lei humana é o fruto inevitável do desrespeito pela Lei divina. Onde não existe temor a Deus, não devemos esperar que haja muito temor ao homem. E por que existe tanto

desrespeito pela Lei divina? Este, por sua vez, é apenas o efeito de uma causa antecedente. E esta também não é difícil de se encontrar. Será que as declarações dos mestres cristãos durante os últimos vinte e cinco anos não contribuem para explicar a situação que agora nos confronta?

A história tem se repetido. No passado, Deus lamentou acerca de Efraim: “Escrevi-lhe as grandezas da Minha Lei, porém essas são estimadas como coisa estranha” (Os 8:12). Observe como Deus fala da Sua Lei: “As *grandezas* da Minha Lei”! Não são preceitos de pouca importância, para serem apenas frivolamente considerados, e menosprezados; mas são de grande autoridade, importância e valor. Mas, assim como então, do mesmo modo nos últimos anos elas têm sido “estimadas como coisa *estranha*”. Os mestres cristãos têm competido entre si em denunciar a Lei como um “jugo de servidão”, “um fardo pesado”, “um inimigo desapiedado”. Eles têm declarado ao som de trombetas que os cristãos *devem* considerar a Lei como “uma coisa estranha”; que ela nunca foi projetada *para eles*; que ela foi dada a Israel, e então encerrada na Cruz de Cristo. Eles têm alertado o povo de Deus para que não tenham nada que ver com os Dez Mandamentos. Eles têm denunciado como “legalistas” os cristãos do passado, os quais, como Paulo, “*serviam à Lei*” (Rm 7:25). Eles têm afirmado que a Graça exclui a Lei da *vida* do cristão tão absolutamente como a excluiu da sua *salvação*. Eles têm exposto ao ridículo aqueles que defenderam um Sábado cristão, e os têm classificado com os adventistas do sétimo dia. Tendo semeado ventos, é surpresa que agora estejamos colhendo tempestades?

O caráter da causa determina o caráter do efeito. *Tudo* o que um homem semear, isto (o mesmo em espécie) ele também colherá. Aos que no passado consideraram as grandezas da Lei de Deus como coisa estranha, Deus declarou: “Porquanto Efraim multiplicou os *altares* para pecar, terá *altares* para pecar” (Os 8:11). E, porque muitos de nossos líderes cristãos têm repudiado publicamente a Lei divina, Deus nos visitou com uma onda de ilegalidade em nossas igrejas, lares e vida social. “Não erreis: Deus não Se deixa escarnecer”! Também não temos nenhuma esperança de conter o avanço da maré, ou de fazer os líderes cristãos mudarem sua posição. Tendo se comprometido publicamente, os exemplos da história passada nos avisam que o *orgulho* os impedirá de fazerem a humilhante confissão de que erraram. Mas temos uma esperança de que alguns daqueles que têm estado sob a influência do antinomismo do século vinte terão discernimento espiritual suficiente para reconhecer a verdade quando apresentada à sua consideração; e é para eles que escrevemos agora.

Na edição de janeiro de 1923 de um contemporâneo, apareceu o segundo artigo de autoria do Dr. McNichol, diretor da Escola Bíblica de Toronto, sob o título: “Exagerando as Dispensações”. O propósito destes artigos é alertar os filhos de Deus contra os perigos que jazem “no caminho de grande parte do ensino positivo pré-milenista de hoje”. Citando, Dr. McNichol diz:

“1. *Há perigo quando a Lei é colocada contra a Graça.* Nenhum esquema de interpretação profética pode ser seguro quando é obrigado a apresentar as dispensações da Lei e da Graça como sistemas opostos, um excluindo e contrário ao outro. Se este fosse o caso, significaria que Deus havia tido atitudes opostas e contraditórias para com os homens nestas duas eras diferentes. Em última análise, esta representação da relação entre lei e graça afeta o caráter de Deus, assim como tudo aquilo que perverte as Escrituras, perturbando deste modo o espelho da Sua mente, acaba por fazer.

“Longe de serem sistemas opostos, lei e graça, tais como reveladas na Escritura, são partes de um só plano harmonioso e progressivo. A presente dispensação é expressa como a era da graça, não porque a graça lhe pertence exclusivamente, mas porque nela a graça foi manifestada plenamente. Quando João declarou que ‘a lei foi dada por Moisés, mas a graça e a verdade vieram por Jesus Cristo’, ele estava contrastando a lei e a graça, não como dois sistemas contrários e irreconciliáveis, mas como duas partes relacionadas de um só sistema. A lei era a sombra, Cristo era a essência. A lei era o padrão, Cristo era a realidade. A graça que esteve por trás da lei veio à luz através de Jesus Cristo, de modo que pudesse ser percebida. O fato é que a graça esteve em operação desde o princípio. Ela começou no Éden, com a primeira promessa de redenção imediatamente após a queda. Toda a redenção é pela graça; não pode haver salvação sem ela, e até a própria lei procede com base na graça.

“A lei foi dada a Israel não para que fossem redimidos, mas porque haviam sido redimidos. A nação fora tirada do Egito pelo poder de Deus sob o sangue do cordeiro imolado, o mesmo sendo o símbolo e sinal da Sua graça. A lei foi acrescentada no Sinai como o padrão de vida necessário para um povo resgatado, um povo que agora pertencia ao Senhor. Ela começava com uma declaração da sua redenção: ‘Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão’ (Ex 20:2). Ela se apoiava na base da graça, e incorporava o princípio de que a redenção implicava em uma conformidade com a ordem moral de Deus. Em outras palavras, a pró-

pria graça que redimiu Israel trazia consigo a necessidade de revelar a lei a Israel. A lei foi dada para que eles andassem dignos da relação em que agora estavam com Deus, dignos de uma salvação que já era sua. O concerto da lei não suplantou o concerto da promessa, mas apresentou o tipo de vida que se esperava que aqueles que foram redimidos pelo concerto da promessa vivessem.

“A lei não era um concerto de obras no sentido de que a salvação de Israel dependia da obediência a ela. O israelita devoto era salvo pela fé na promessa de Deus, que naquela ocasião estava incorporada nos serviços do tabernáculo. Ele vislumbrava através dos sacrifícios uma salvação que os mesmos prefiguravam, e pela fé a aceitava, assim como olhamos para trás para a Cruz e pela fé aceitamos a salvação que foi realizada. Os santos do Antigo Testamento e os santos do Novo Testamento, ambos são salvos do mesmo modo, e isto pela graça de Deus através de Jesus Cristo somente.

“É claro que o povo não guardou a lei. Ela apenas trouxe o pecado à luz e provou que a justiça não podia vir deste modo, como Paulo assinala na Epístola aos Romanos. Ela tornou tudo ainda mais evidente de que havia uma necessidade da obra de Cristo. Mas Cristo não veio para pôr a lei de lado e introduzir outro plano. ‘Não vim para destruir’, declarou Ele, ‘mas para cumprir’; não para dissolver as obrigações da lei e nos liberar delas, mas para substanciar a lei e confirmar tudo o que ela exigia. No Sermão do Monte, Ele expôs e expandiu a lei, em toda a sua profundidade e extensão, e em toda a sua amplitude perscrutadora. Este Sermão Ele pronunciou aos Seus discípulos; foi a Sua lei para eles. Não foi planejado para outra era e outro povo; apresentava o tipo de vida que Ele esperava que o Seu próprio povo vivesse na presente era.

“É claro que não podemos cumprir a lei do Sermão do Monte como um padrão de vida exterior. Nosso Senhor não a deixou por isso. Ele Mesmo ia tornar possível aos Seus discípulos cumprirem-na, mas Ele ainda não poderia lhes dizer como. Quando morreu e ressuscitou e subiu ao céu, e o Seu Espírito Santo – o mesmo Espírito que havia cumprido e exemplificado essa lei completamente em Sua própria vida – fluiu de volta para as vidas dos Seus discípulos, então eles tiveram de guardá-la. A lei foi escrita em seus corações. Suas vidas foram conformadas à lei, não por obediência escravizadora a um padrão exterior, mas pelo livre constrangimento de um espírito interior. A ordenança da lei é cumprida neles quando andam, não segundo a carne, mas segundo o espírito.

“É esta mesma característica da graça que parece torná-la um sistema totalmente diferente e separado da lei, pois ela não existia na dispensação do Antigo Testamento. Não poderia ser percebida antes que a obra redentora de Cristo fosse realizada e o Espírito Santo viesse. Os israelitas ocuparam uma posição diferente em relação à lei daquela ocupada pelos cristãos agora. A lei exigia uma obediência que o coração natural não poderia oferecer. Em sua atuação prática, portanto, a lei veio necessariamente para estar sobre um homem como um credor que reivindica a justiça que não havia sido satisfeita. Estas reivindicações Cristo satisfaz na Cruz e as tirou do caminho. Mais do que isto, por virtude da nossa união com Ele em Sua morte e ressurreição, Ele nos levou da esfera em que a lei, como uma autoridade exterior, exige obediência do homem natural, para a esfera em que a lei é escrita no coração pelo poder do Espírito Santo. Ele nos fez ‘um novo homem’, cuja natureza é cumprir a lei por um poder e princípio interior. É isto o que Paulo queria dizer quando afirmou: ‘Eu, pela lei, estou morto para a lei, para viver para Deus’ (Gl 2:19), e quando escreveu aos romanos: ‘Porque o pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça’ (Rm 6:14).

“Esta nova relação com a lei foi criada pela graça de Deus através da obra de Jesus Cristo. *Mas a lei ainda permanece.* Ela é o reflexo do Seu próprio caráter e a revelação da Sua ordem moral. Ele não pode colocá-la de lado, pois, neste caso, Ele negaria a Si mesmo. A maravilha e a glória da graça consistem nisto, que ela veio, não para se opor à lei e substituí-la por outro plano, mas para confrontar e satisfazer todas as suas reivindicações e prover um modo de cumprir todas as suas obrigações. Aproveite ao Senhor pela Sua graça engrandecer a lei e torná-la gloriosa”.

Com as observações acima estamos sinceramente de acordo.<sup>1</sup> É uma conclusão superficial e errônea a que supõe que o Antigo e o Novo Testamentos sejam antagonísticos. O Antigo Testamento está cheio da graça; o Novo Testamento está cheio da Lei. A relação do Novo Testamento com o Antigo é como a do carvalho com a bolota. Muitas vezes já se disse, e com verdade: “O Novo está contido no Antigo, o Antigo é explicado pelo Novo”! E certamente isto *deve ser assim*. A Bíblia como um todo, e em suas partes, não é apenas para Israel ou para a Igreja, mas é uma revelação de Deus escrita para e em favor de *toda a raça humana*. É realmente triste ver como esta verdade elementar é pouco compreendida hoje, e que confusão prevalece.

---

<sup>1</sup> Exceto que, nos parágrafos finais, Dr. McNichol é um tanto confuso sobre a presente relação da Lei com o crente.

Até o falecido Mr. F. W. Grant, em suas notas sobre Êxodo 19 e 20, foi tão inconsistente consigo mesmo que disse, primeiro: “está claro que a redenção, na medida em que traz a alma até Deus, coloca o Seu trono dentro dela, e a obediência é a única liberdade. Está claro também que existe uma ‘justiça da lei’ que a própria lei não dá poder para cumprir, mas que ‘é cumprida em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o espírito’ (Rm 8:4). O que é meramente dispensacional passa, *mas não o que é a expressão do caráter de Deus e exigido por ele. Nada disto pode passar ...* a graça ainda deve afirmar isto, portanto, e não colocá-la (a obediência) de lado; mas ela faz o que a lei não faz – ela providencia o cumprimento da condição. Antes de tudo, a obediência de Outro, que não devia nada a ninguém, glorificou a Deus infinitamente com respeito àqueles que deviam mas não pagavam. Em segundo lugar – pois nem mesmo isto não poderia liberar (nem poderia haver benção em liberar) *da obrigação pessoal* – a graça apreendida no coração traz o coração de volta a Deus, e o coração trazido de volta em amor *serve por necessidade*” (itálicos nossos).

Com as palavras acima citadas da Bíblia Numérica estamos em pleno acordo, e apenas desejamos que sejam ecoadas pelos seguidores de Mr. Grant. Mas, em segundo lugar, e de modo muito inconsistente e errôneo, Mr. Grant diz: “Na sabedoria de Deus, essa mesma lei, cujo princípio era ‘fazei e vivei’, contudo, poderia ser o *tipo* da obediência da fé naqueles que são objetos de uma redenção *espiritual*, da qual o princípio é ‘vivei e fazei’. Lembremos, porém, que a lei em si retém o seu caráter enquanto oposto à graça, e que, como um *tipo*, ela não representa mais a lei; não estamos, como cristãos, em qualquer sentido *debaixo* da lei, mas *debaixo da graça*” (itálicos seus). Isto é um equívoco, ainda mais sério porque cometido por alguém cujos escritos constituem agora, em certos círculos, o *teste* de ortodoxia na interpretação da Palavra de Deus.

O que foi dito acima revela a necessidade de um exame sério e cuidadoso do ensino da Escritura Sagrada concernente à Lei. Mas ao que nos referimos quando falamos de “Lei”? Este é um termo que precisa ser cuidadosamente definido. No Novo Testamento, três expressões são usadas, concernente às quais tem havido não pouca confusão. Primeiro, há “a Lei de Deus” (Rm 7:22, 25, etc.). Segundo, há “a Lei de Moisés” (Jo 7:23; At 13:39; 15:5; etc.). Terceiro, há “a lei de Cristo” (Gl 6:2). Agora, estas três expressões não são de modo algum sinônimas, e só quando aprendermos a distingui-las é que poderemos esperar chegar a algum entendimento claro do nosso tema.



A “Lei de Deus” expressa a mente do *Criador*, e é obrigatória a todas as criaturas racionais. É o padrão moral imutável de Deus para regular a conduta de todos os homens. Em alguns lugares, “a Lei de Deus” pode se referir a *toda a vontade* revelada de Deus, mas, na maior parte, faz referência aos Dez Mandamentos; e é neste sentido estrito que usamos o termo. Esta Lei foi gravada na natureza moral do homem desde o princípio, e, embora atualmente caído, ele ainda mostra a sua obra escrita em seu coração. Esta lei nunca foi anulada, e, na própria natureza das coisas, não pode ser. Deus ab-rogar a Lei moral seria afundar o universo inteiro em anarquia. A obediência à Lei de Deus é o *primeiro* dever do homem. É por isso que a primeira queixa que Jeová fez contra Israel depois que deixaram o Egito foi: “Até quando recusareis guardar os Meus *mandamentos* e as Minhas *leis*?” (Ex 16:28). É por isso que os primeiros estatutos que Deus deu a Israel foram os Dez Mandamentos, ou seja, a Lei moral. É por isso que, no *primeiro* discurso de Cristo registrado no Novo Testamento, Ele declarou: “Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir” (Mt 5:17), e então passou a expor e aplicar a Lei moral. E é por isso que, na *primeira* das Epístolas, o Espírito Santo nos ensinou extensamente a relação da Lei com os pecadores e os santos, em conexão com a salvação e a subsequente caminhada dos salvos; a palavra “lei” ocorre em Romanos não menos do que setenta e cinco vezes, embora, naturalmente, nem toda a referência seja à Lei de Deus. E é por isso que os pecadores (Rm 3:19) e os santos (Tg 2:12) serão  *julgados* por esta Lei.

A “Lei de Moisés” é todo o sistema de legislação, judicial e cerimonial, que Jeová deu a Israel durante o tempo em que estiveram no deserto. A Lei de Moisés, como tal, não é obrigatória a ninguém mais que os israelitas. Esta Lei não foi anulada. Que a Lei de Moisés *não é obrigatória* para os gentios está claro a partir de Atos 15.

A “Lei de Cristo” é a Lei moral de Deus, mas nas mãos do Mediador. É a Lei sob a qual o Próprio Cristo foi “feito” (Gl 4:4). É a Lei que estava “dentro do Seu coração” (Sl 40:8). É a Lei que Ele veio “cumprir” (Mt 5:17). A “Lei de Deus” agora é denominada “a Lei de Cristo” na medida em que se relaciona com os cristãos. Como *criaturas*, estamos sob a obrigação de “servir à Lei de Deus” (Rm 7:25). Como *pecadores redimidos*, somos “servos de Cristo” (Ef 6:6), e, como tais, estamos sob a obrigação de “servir ao Senhor Cristo” (Cl 3:24). A relação entre estes dois apelativos, “a Lei de Deus” e “a Lei de Cristo”, é claramente sugerida em 1 Co 9:21, onde o apóstolo declara que *não estava* sem Lei para com Deus, pois ele estava “debaixo da Lei de Cristo”. O sentido disto é muito simples. Como uma criatura humana, o apóstolo ain-

da estava sob a obrigação de obedecer à Lei moral de Deus, seu Criador; mas, como um homem salvo, ele agora pertencia a Cristo, o Mediador, por redenção. Cristo o havia comprado; ele era Seu, portanto, ele estava “sob a Lei de Cristo”. A “Lei de Cristo”, então, é apenas a Lei moral de Deus agora nas mãos do Mediador e Redentor – cf. Ex 34:1 e o que se segue!

Se alguém objetar contra a nossa definição da distinção entre a Lei moral de Deus e a “Lei de Moisés”, solicitamos que atentem bem para o que se segue. Deus tomou cuidados especiais para nos mostrar a clara linha de demarcação que Ele Mesmo traçou entre as duas. A Lei moral incorporou-se na Lei mosaica,<sup>2</sup> contudo, esta foi nitidamente distinguida daquela. A prova disto vem a seguir:

Em primeiro lugar, que o leitor note atentamente as palavras com que Ex 20 se inicia: “Então falou *Deus* todas estas palavras”. Observe que não é: “O *Senhor* falou todas estas palavras”, mas: “*Deus* falou”. Isto é ainda mais notável porque, logo no verso seguinte, Ele diz: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito”, etc. Agora, os títulos divinos não são usados livremente, nem são empregados alternadamente com o propósito de variação. Cada um possui uma significação definida e distinta. “Deus” é o título criacional (veja Gn 1:1). “Senhor” é Deus em *relação pactual*, é por isso que é o “Senhor Deus” em todo Gn 2. Em Gn 1, é Deus em conexão com as Suas criaturas. Em Gn 2, é o Senhor Deus em conexão com Adão, com o qual Ele havia entrado em um concerto – veja Os 6:7, variante. O fato, então, de que Ex 20 se inicie com: “Então *Deus* falou todas estas palavras”, etc., prova conclusivamente que os Dez Mandamentos não eram e não são projetados apenas para Israel (o povo do concerto), mas para toda a humanidade. O uso do título “Deus” em Ex 20:1 é ainda mais vigoroso, porque, nos vv. 2, 5, 7, 10, 11, 12, “o Senhor” é mencionado, e mencionado aí porque é a *Israel* que está sendo dirigido.

Em segundo lugar, os Dez Mandamentos, e *somente estes*, de todas as leis que Jeová deu a Israel, foram *promulgados* pela voz de Deus, em meio às mais solenes manifestações e sinais da presença e majestade divina.

---

<sup>2</sup> E isto por necessidade. Conforme já explicado, os Dez Mandamentos revelam a vontade do Criador para toda a criatura humana, e, como os israelitas foram primeiro criaturas de Deus antes de serem trazidos à relação de Seu povo pactual, a Lei moral fora dada a eles antes da Lei mosaica. Isto explica por que os Dez Mandamentos são *repetidos* em Dt 5. Em Ex 20, são dirigidos às criaturas de Deus; em Dt 5, a Israel como o povo pactual de Jeová. Note a *ausência* em Dt 5 de “*Deus* falou todas estas palavras”!

Em terceiro lugar, os Dez Mandamentos, e *somente estes*, de todos os estatutos de Jeová para Israel, foram *escritos diretamente* pelo dedo de Deus, escritos em tábuas de pedra; e escritos assim para denotar a sua natureza duradoura e imperecível.

Em quarto lugar, os Dez Mandamentos ainda foram distinguidos de todas aquelas leis que tinham apenas uma aplicação local para Israel, pelo fato de que *somente aqueles foram colocados na arca*. Um tabernáculo foi preparado pela direção especial de Deus, e dentro dele uma arca foi colocada, na qual as duas tábuas da Lei foram depositadas. A arca, formada da madeira mais durável, estava coberta de ouro, por dentro e por fora. Sobre ela estava colocado o assento da misericórdia, que se tornou o *trono* de Jeová no meio de Seu povo. Enquanto o tabernáculo não fosse erigido, e a Lei colocada na arca, Jeová não faria a Sua habitação no meio de Israel. Assim o Senhor significou a Israel que a Lei moral era a *base* de todos os Seus relacionamentos governamentais com eles.

Assim fica claro, sem qualquer sombra de dúvida, que os Dez Mandamentos, a Lei moral de Deus, foram nitidamente distinguidos da “Lei de Moisés”. A “Lei de Moisés”, excetuando a Lei moral incorporada nela, não era obrigatória a ninguém mais que os israelitas, ou prosélitos gentios. Mas a Lei moral de Deus, ao contrário da mosaica, é obrigatória para *todos os homens*. Uma vez que esta distinção seja percebida, muitas dificuldades menores se esclarecem. Por exemplo, alguém diz: Se devemos guardar o santo dia do Sábado, como fez Israel, por que não devemos observar os outros sábados – o ano sabático, por exemplo? A resposta é: Porque somente a Lei moral é obrigatória para os gentios e cristãos. Ora, pode-se perguntar, a pena de morte vinculada à profanação do dia de Sábado (Ex 31:14, etc.) ainda está em vigor? A resposta é: Porque, embora esta fosse parte da Lei *mosaica*, *não era* parte da Lei *moral* de Deus, ou seja, não estava inscrita nas tábuas de pedra; portanto, não dizia respeito a ninguém mais que os israelitas.

Nos capítulos que se seguem, propomos oferecer uma exposição das principais escrituras do Novo Testamento que se referem aos Dez Mandamentos. Primeiro, nos ocuparemos das passagens que são invocadas por aqueles que negam que a Lei seja em algum sentido obrigatória para os cristãos. Segundo, trataremos de algumas das muitas passagens que provam inequivocamente que todos estão sob perpétuas obrigações de obedecer à Lei de Deus. Terceiro, um livreto separado será dedicado ao Sábado cristão.<sup>3</sup> Quarto, em outro livreto separado, discutiremos a natureza da

---

<sup>3</sup> “O Sábado Cristão”.

verdadeira *liberdade* cristã.<sup>4</sup> Que a graça divina ilumine os nossos entendimentos e governe os nossos corações de tal modo que corramos no caminho dos mandamentos de Deus.

---

<sup>4</sup> "A Liberdade Cristã".

## CAPÍTULO 1

### O ASPECTO NEGATIVO

Qual é a relação entre a Lei e os santos? Por Lei nos referimos aos Dez Mandamentos gravados nas tábuas de pedra pelo dedo de Deus; por santos queremos dizer os crentes que vivem na presente dispensação. Qual é, então, a relação entre o cristão que vive hoje e os Dez Mandamentos formalmente proclamados no tempo de Moisés? Na realidade, é triste que tal questão precise ser levantada, e que a resposta divina precise ser enfatizada para o povo de Deus. Houve um tempo em que não seria fácil encontrar um cristão que fosse ignorante sobre este tema; um tempo em que a primeira coisa confiada à memória pelos filhos de pais cristãos era os Dez Mandamentos. Mas, ah, pena que hoje seja tão diferente. Agora está se tornando cada vez mais difícil encontrar aqueles que possam dar uma resposta clara e espiritual à nossa questão inicial. E, quanto a encontrar crianças que possam repetir os Dez Mandamentos, estas são realmente raras.

A Lei e os santos. Os ensinamentos de hoje sobre este tema, como sobre praticamente todos os outros temas escriturísticos, são conflitantes e contraditórios. Na realidade, há poucas doutrinas divinas sobre as quais até mesmo os mestres cristãos sejam uniformes em seu testemunho. Que diferenças de opinião existem concernente à verdade da Igreja e das ordenanças! Que variedade de interpretações da profecia confrontam-nos agora! Que falta de harmonia concernente à doutrina da santificação! A mesma confusão prevalece com respeito à relação da Lei com os santos. Assim como a Confusão de Línguas (Gn 11) precedeu imediatamente ao chamado de Deus a Abraão (o pai de todos nós) para deixar sua terra natal e ir para aquela terra que ele havia de receber por herança (Gn 12), do mesmo modo existe uma *confusão de línguas* no mundo teológico, exatamente antes de o povo de Deus ser chamado para fora desta terra para a sua herança celestial (1 Pe 1:4). Que Deus tem um bom motivo para permitir a presente confusão de línguas, não temos dúvida – “E até importa que haja entre vós facções, para que os que são aprovados se manifestem entre vós” (1 Co 11:19, R.V.).

Qual é a relação da Lei com os santos? Três respostas têm sido oferecidas. Primeiro, que os pecadores *tornam-se santos* obedecendo à Lei. Segundo, que a Lei é *uma regra de vida* para os crentes. Terceiro, que a Lei *não tem absolutamente nada a ver* com os crentes de hoje. Aqueles que dão a primeira resposta ensinam que a Lei define o que Deus exige do homem, e, portanto, o homem deve guardá-la a fim

de ser aceito por Deus. Aqueles que dão a segunda resposta ensinam que a Lei revela um padrão de conduta, e que, embora este padrão do Antigo Testamento receba ampliação no Novo, o último não põe de lado o primeiro. Aqueles que dão a terceira resposta ensinam que a Lei era um jugo de servidão, duro de ser suportado, e que foi encerrada no que diz respeito aos cristãos. A primeira resposta é legalismo puro e simples – salvação pelas obras; a segunda relaciona-se com a verdadeira liberdade cristã; a terceira é antinomismo – ilegalidade, um repúdio à autoridade governamental de Deus. A primeira opinião prevaleceu, via de regra, através da Idade Média, quando o Papado reinava praticamente supremo. A segunda visão prevaleceu, via de regra, durante o tempo dos reformadores e puritanos. A terceira opinião passou a ter proeminência durante o último século, e agora é a crença popular de nosso tempo.

Quão gratos deveríamos estar por ser o nosso feliz privilégio nos retirarmos do tumulto teológico que nos cerca, e entrarmos no tranqüilo santuário da verdade de Deus, para que nos desviemos das vozes conflitantes dos homens, para ouvirmos o que Deus diz sobre o assunto. Confiamos que este é o desejo sincero de nossos leitores. Nutrimos a esperança de que poucos dos que têm lido os parágrafos acima estejam tão convencidos que suponham não ter *necessidade* alguma de examinar ou reexaminar o que as *Escrituras* ensinam sobre a relação da Lei com os crentes. Estamos persuadidos, antes, de que o leitor compartilha da convicção do escritor, a saber, que esta é uma necessidade imperativa. É muito fácil concluir que nossas opiniões acerca de certas verdades divinas foram formadas a partir do nosso próprio estudo do que temos (correta ou incorretamente) absorvido de mestres humanos. Nossa necessidade é a dos bereanos (At 17:11) – “Examinar cada dia nas Escrituras” para descobrir se o que ouvimos e lemos está ou não de acordo com a Palavra da Verdade. Além do mais, isto é certo: “Se *alguém* cuida saber alguma coisa, ainda não sabe como convém saber” (1 Co 8:2). Portanto, cabe a cada um de nós olhar definitivamente para Deus em busca de luz e socorro, e então voltar-se reverentemente para a Sua Palavra em busca da instrução necessária.

Antes de apresentarmos ao leitor algumas das principais escrituras que definem a relação da Lei com os crentes desta dispensação, será primeiramente necessário examinar as passagens que são invocadas por aqueles que afirmam que a Lei não tem nenhuma relação com o povo de Deus que vive hoje. Voltemo-nos então para estas passagens, e, sem preconceito (até onde isto seja possível), procuremos averiguar o seu verdadeiro significado.

1. “Porque todos os que sem Lei pecaram, sem Lei também perecerão ... porque, quando os gentios, que não têm Lei, fazem naturalmente as coisas que são da Lei, não tendo eles Lei, para si mesmos são Lei” (Rm 2:12-14). Estes versos na verdade não têm relação direta com o nosso presente tema, visto que tratam de outros que não os santos. Contudo, como esta passagem se relaciona com o tema mais amplo da Lei em geral, e como é utilizada por aqueles que insípidamente e calorosamente negam que a Lei tenha alguma relação com os crentes de hoje, damos-lhe uma breve atenção.

É afirmado por alguns, os quais respeitamos, mas dos quais, sobre este tema, somos obrigados a divergir, que a Lei foi dada à nação de Israel e a ninguém mais, e, portanto, nem os gentios, nem os cristãos estão sob qualquer obrigação de guardá-la. Que a Lei foi dada formalmente a Israel no Sinai é francamente aceito. Mas, será que isto prova que ela não foi designada para ninguém mais que os descendentes de Jacó? Certamente que não. Escrevendo aos santos em Roma (muitos dos quais eram gentios, veja 1:13; 11:13; 15:15, 16, etc.), Paulo disse: “Mas agora temos sido libertados da Lei” (7:6). E ainda, em 8:7, ele declara: “A inclinação da carne é inimizade contra Deus, pois não é sujeita à Lei de Deus, nem, em verdade, o pode ser”; note, não é “a inclinação judaica”, mas “a inclinação da carne” tanto em judeus como em gentios. Agora, não haveria razão nesta declaração se a inclinação do homem, enquanto homem, não estiver obrigada a sujeitar-se à Lei de Deus. A inclinação do homem não é sujeita, e por causa da sua depravação inata “não pode ser”; não obstante, deveria ser. Mais uma vez, note como, em Ef 2:2, é dito que os ímpios são “filhos da *desobediência*” – isto não faz sentido se eles não estão sob a obrigação de *obedecer* aos mandamentos de Deus. Estas escrituras, então, são suficientes para estabelecer o fato de que os gentios, assim como os judeus, *estão* “sob a Lei”.

Voltando agora para Rm 2:12, 13. O sentido simples destes versos é de que os gentios nunca receberam as duas tábuas de pedra nas quais os Dez Mandamentos foram gravados, nem estiveram de posse das Escrituras, nas quais esses Mandamentos estavam registrados. Mas deve-se atentamente notar que Rm 2:15 prossegue dizendo que estes mesmos gentios “mostram a obra da Lei escrita em seus corações”. Sobre estes versos, o Prof. Stifler disse apropriadamente: “O argumento (do v. 14) repousa nisto, que os gentios possuem o que é equivalente à Lei moral”. O fato de que os gentios são “uma lei para si mesmos” mostra que Deus lhes deu o equivalente daquilo que Ele deu aos judeus, a saber, *um padrão* de certo e errado. No caso dos primeiros, foi “escrito em seus corações”, no caso dos últimos, foi escri-

to em tábuas de pedra, e depois nas Escrituras. “A partir disto fica claro que a Lei moral dada a Israel por Moisés foi apenas uma transcrição, ou compêndio, da Lei que Deus, na criação, havia estampado na natureza moral do homem ... A Lei moral, portanto, não era inteiramente nova no tempo do êxodo; nem era algo exclusivamente para Israel, mas foi um presente para toda a raça, e, portanto, deve ser de validade perpétua” (Mr. Wm. Mead).

2. “Pois não estais debaixo da Lei, mas debaixo da graça” (Rm 6:14). Este é o verso favorito daqueles que tomam a posição de que a Lei não tem nenhuma relação com os crentes desta dispensação. “Não debaixo da Lei” é explícito, e parece terminante. O que temos, então, a dizer concernente ao mesmo? Isto: que, assim como todos os outros versos da Bíblia, este não deve ser divorciado da sua composição, mas precisa ser estudado e fielmente interpretado *à luz do seu contexto*. Qual é, então, o contexto? Primeiro, do que trata o contexto remoto? Segundo, qual é o tema do contexto imediato? Por contexto remoto queremos dizer a Epístola como um todo. Esta é sempre a primeira coisa a ser ponderada em conexão com a exposição de qualquer passagem. A falha aqui é responsável pela grande maioria das interpretações e aplicações errôneas da Escritura. Deve-se notar atentamente que as palavras “não estais debaixo da Lei”, mas “dabaixo da graça” encontram-se *não em Hebreus*, mas em Romanos. Isto, por si só, deveria nos alertar de que “não debaixo da Lei” precisa ser entendido em um sentido limitado. Se fosse verdade que a Lei foi ab-rogada, então a Epístola aos Hebreus seria o primeiro lugar dentre todos os outros em que deveríamos esperar encontrar isto sendo ensinado. O *tema* de Hebreus é: A superioridade do Cristianismo sobre o Judaísmo.<sup>1</sup> Na expansão deste tema, o apóstolo, repetidas vezes, mostra como as coisas proeminentes no Judaísmo estão agora obsoletas – veja o capítulo 7 para a mudança do sacerdócio, do araônico para a ordem de Melquisedeque; capítulos 8 e 9 para a substituição do velho concerto pelo novo, etc. E, contudo, nem uma palavra ali é dita de que a Lei agora está suplantada pela graça.

“Não debaixo da Lei, mas debaixo da graça” encontra-se em Romanos, cujo grande tema é: a justiça de Deus; a necessidade do homem da justiça de Deus, como esta se torna do crente, quais são as conseqüências legais disto, e o efeito que deveria ter em nossa conduta. A característica proeminente destes oito primeiros capítulos de Romanos é que tratam do aspecto *judicial* da verdade do Evangelho, ao invés do

---

<sup>1</sup> Este tema é desenvolvido demonstrando-se a superioridade de Cristo – o Centro e a Vida do Cristianismo – sobre os anjos, Adão, Moisés, Josué, Arão, e toda a economia levítica.



experimental e prático. Romanos 5 e 6, especialmente, tratam da *justificação* e suas *conseqüências*. À luz deste fato, não é difícil descobrir o sentido de 6:14. “Pois não estais debaixo da Lei, mas debaixo da graça” significa: Vós estais debaixo de um sistema de *justificação gratuita*. “Todo o argumento anterior explica esta sentença. Ele se refere à nossa *aceitação*. Ele se volta para a *justificação da culpa*, ‘sem as obras da Lei’, o ato da livre graça; e brevemente o reafirma assim, para que ele possa assumir novamente a posição de que esta gloriosa liberação não significa licenciosidade, mas ordem divina” (Bishop Moule – 1893).

“Pois não estais debaixo da Lei, mas debaixo da graça”. O contraste não é entre a Lei de Moisés e o Evangelho de Cristo, como duas economias ou dispensações; antes, é um contraste entre Lei e graça como *os princípios de dois métodos de justificação*, um falso, o outro verdadeiro; um de invenção humana, o outro de provisão divina. “Dabaixo da Lei’ significa governado pela Lei como um concerto de obras” (Dr. Griffith-Thomas). “Lei” e “graça” aqui são paralelos a “Lei das obras” e “Lei da fé” em 3:27! Rm 6:14 era tão verdadeiro em relação aos santos do Antigo Testamento como aos crentes do Novo Testamento. Calebe, Josué, Davi, Elias, Daniel, não estiveram mais “dabaixo da Lei”, no sentido que têm estas palavras em Rm 6:14, do que os cristãos estão hoje. Ao invés disso, eles estiveram “dabaixo da graça” na questão da sua justificação, tão verdadeiramente quanto nós estamos.

“Não debaixo da Lei’ não significa – não debaixo da obrigação de obedecer aos preceitos da Lei moral; mas significa – não guardando a Lei para ser salvo. O apóstolo afirma neste verso que os cristãos não estão debaixo da Lei, como um meio real, efetivo, adequado de justificação ou santificação, e, se eles estiverem, sua causa está completamente perdida, pois a ruína deve inevitavelmente se seguir. Que isto é tudo o que ele quer dizer fica evidente a partir da seqüência de suas observações (6:15-8:39). O que pode ser mais claro do que o fato de que a Lei moral, como ‘preceito’, é totalmente aprovada e reconhecida por ele? Veja o capítulo 7:12-14. Não somente isto, mas o apóstolo está tão longe de argumentar em favor do esquecimento e anulação dos preceitos morais que ele afirma diretamente (8:3, 4) que o Evangelho tem o propósito de assegurar a obediência a estes preceitos morais – o que a Lei era incapaz de fazer. É, então, da Lei vista sob esta luz, e esta somente, a saber, como inadequada para efetuar a justificação e assegurar a obediência dos pecadores, que o apóstolo declara que estamos livres.

“Que ninguém abuse, então, desta declaração, imaginando que ela conceda em qualquer caso uma base para crer que os cristãos estão livres da obrigação de obedecer aos preceitos da Lei moral. O que é a Lei divina senão uma transcrição da vontade divina? E não devem os cristãos se conformar com esta? Não é toda a Lei resumida nestas duas declarações: ‘Amarás ao Senhor de todo o teu coração; e ao teu próximo como a ti mesmo’?! E os cristãos estão absolvidos de amarem a Deus e ao seu próximo? Se não, então esta parte do tema permanece desembaraçada de qualquer coisa que o apóstolo tenha dito em nosso texto ou contexto” (Prof. Moses Stuart).

A força de Rm 6:14 torna-se mais evidente se observarmos o que se segue. Logo no verso seguinte, lemos: “Pois quê? Pecaremos porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça? De modo nenhum”. Isto antecipa uma objeção: Se não estamos debaixo da Lei, como a base de nossa justificação, então, seremos *ilegais*? A resposta inspirada é: De modo nenhum. Nada é mais auto-evidente-mente certo, então, do que, se a Lei moral não é uma regra de vida para os crentes, eles *estão* em liberdade para desprezar os seus preceitos. Mas o apóstolo rejeita este erro com a mais extrema aversão. Citamos aqui parte dos comentários de Calvino sobre Rm 6:15 – “Mas estamos muito enganados se pensamos que a justiça que Deus aprova em Sua Lei é abolida, quando a Lei é ab-rogada; pois a ab-rogação de modo algum deve ser aplicada aos preceitos que ensinam o modo correto de viver, uma vez que Cristo confirma e sanciona estes, e não os ab-roga; mas a visão correta é de que *nada é removido, senão a maldição*, à qual os homens sem a graça estão sujeitos”.

No que se segue, até ao fim deste capítulo, o apóstolo mostra que, embora o crente *não* esteja “debaixo da Lei”, como a base da sua justificação, ele está debaixo da Lei como uma regra de sua vida cristã, ele está sob a obrigação de obedecer aos seus preceitos morais. No v. 18 (que contém a resposta positiva à pergunta feita no v. 15), o apóstolo declara: “E, libertados do pecado, fostes feitos *servos* (escravos) da justiça”. Ainda no v. 22, ele diz: “Mas agora, libertados do pecado, e feitos *servos* de Deus, tendes o vosso fruto para santificação”. Observe atentamente que aqui não é dito: “*servos de Cristo*”, nem: “*servos do Pai*” – o que introduziria um pensamento bem diferente – mas “*servos de Deus*” – o que reforça a responsabilidade do crente para com o Legislador. Que este é o sentido de Rm 6:18 e 22 fica claro por 7:25, onde o apóstolo diz: “Assim que eu mesmo com o entendimento *sirvo* à LEI DE DEUS”.

3. “Assim, meus irmãos, também vós estais mortos para a Lei ... Mas agora temos sido libertados da Lei” (Rm 7:4, 6).

Estas declarações na verdade exigem uma exposição completa de Rm 7:1-6, mas ocuparia demasiado espaço prover isto aqui. Talvez possamos chegar ao sentido destes dois versos por uma rota mais curta. Eles ocorrem em uma seção da Epístola que trata dos resultados da justiça divina sendo imputada ao crente. O capítulo 4 trata da imputação desta justiça; os capítulos 5 a 8 dão os resultados. Os resultados (resumidos) são os seguintes: 5:1-11, justificação e reconciliação; 5:12-6:23, identificação com Cristo, o último Adão; 7:1-25, emancipação da maldição da Lei; 8:1-39, preservação através do tempo e eternidade. Assim veremos que estes capítulos tratam principalmente do aspecto *divino* ao invés do humano das coisas. “Mortos para a Lei” em 7:4 é paralelo a “mortos para o pecado” em 6:2; paralelo neste sentido, de que é “morte” objetiva, não subjetiva; o aspecto judicial da verdade, e não o prático, é que está em vista. Observe que é dito que nos tornamos “mortos para a Lei *pelo corpo de Cristo*”, não por uma revogação divina da Lei. Em outras palavras, morremos para a Lei *vicariamente*, na pessoa de nosso bendito Substituto. Do mesmo modo, também fomos “libertados da Lei”, ou, como a R.V. mais precisamente o expressa, “fomos desincumbidos da Lei”, porque “morremos para aquilo em que estávamos retidos”. Em Cristo, *nós* “morremos” para as ameaças judiciais e exigências cerimoniais da Lei.

“Mortos para a Lei’. Pelo termo Lei, nesta passagem, faz-se alusão à Lei que é obrigatória tanto para judeus como gentios. É a Lei, cuja obra está escrita nos corações de todos os homens; e aquela Lei que foi dada aos judeus na qual eles repousavam (2:17). É a Lei tomada no sentido mais extenso da palavra, incluindo toda a vontade de Deus manifestada em qualquer sentido a toda a humanidade, quer judeus ou gentios. Todos aqueles a quem o apóstolo está se dirigindo haviam estado debaixo desta Lei em seu estado de não-regenerados ... Exclusivamente à Lei moral, aqui e por todo o restante do capítulo, o apóstolo se refere ... Mortos para a Lei significa liberdade do poder da Lei, como tendo sofrido a sua pena, e satisfeito as suas demandas. Ela cessou de ter uma reivindicação sobre a obediência dos crentes para a vida (melhor, ela deixou de pronunciar a sua maldição sobre os crentes – A.W.P.), embora *ainda permaneça o seu domínio de dever*” (Robert Haldane). Sobre as palavras “agora temos sido libertados da Lei”, Mr. Haldane diz: “Cristo cumpriu a Lei, e sofreu a sua pena por eles, e, em consequência, eles estão livres das suas deman-

das com o propósito de alcançar a vida, ou de, por conta da sua infração, ter de sofrer a morte”.

Uma palavra adicional precisa ser dita sobre Rm 7:4-6. Alguns insistem que toda a passagem trata apenas dos crentes *judeus*. Mas isto certamente é um equívoco. Quando Paulo diz no v. 1: “falo aos que sabem Lei” – não há artigo no grego – ele raciocina com base em que os seus leitores estavam plenamente cientes do princípio de que “a Lei tem domínio sobre o homem por todo o tempo que vive”. Se Paulo estivesse aqui *limitando* o seu discurso aos crentes *judeus*, ele teria dito: “Falo aos que *dentre vós* sabem a Lei”. Quando ele diz: “Não sabeis vós, *irmãos*” (v. 1), e: “Assim, meus *irmãos*” (v. 4), ele está se dirigindo aos seus irmãos em Cristo, como fica claro por uma comparação com 1:13. Quando está se referindo aos judeus, seus irmãos por natureza, ele é cuidado em indicar isto – “Meus irmãos, que são meus parentes segundo a carne” (9:3)! Finalmente, deveria ser cuidadosamente observado como o apóstolo usa os pronomes “vós” e “nós” *intercambiavelmente* nos vv. 4 e 5. O enfático “também vós” no v. 4 parece especialmente designado para mostrar que a sua ilustração nos versos anteriores, com sua óbvia alusão à história de Israel, era estritamente aplicável a todos os cristãos.

“A libertação da Lei em Gálatas é a que leva à filiação de todos os santos, enquanto a libertação em Romanos leva à união de todos os santos com Cristo. Mas em ambos eles são vistos como todos tendo estado do mesmo modo em servidão sob a Lei, e todos sendo do mesmo modo libertados dela. Pois na verdade é o propósito do Espírito Santo sempre levar os santos de todas as épocas a considerarem-se como libertados de uma culpa comum, redimidos de uma maldição comum – ‘a maldição da Lei’ – resgatados de uma condenação comum; e tudo isto como resultado da maldição sendo cumprida na morte daquele em quem todos de igual modo morreram” (Charles Campbell).

4. “Porque o fim da Lei é Cristo para *justiça* de todo aquele que crê” (Rm 10:4). Frequentemente, apenas a primeira metade deste verso é citada – “o fim da Lei é Cristo”. Mas isto não é tudo o que é dito aqui. Cristo é o fim da Lei para justiça, ou seja, diante de Deus. O contexto define inequivocamente o escopo e o significado desta expressão. Paulo havia acabado de afirmar que Israel, que era ignorante acerca da justiça de Deus, havia procurado “estabelecer *a sua própria* justiça”. Mais uma vez é a *justificação* que está em vista, e não o caminhar do crente. Diz o Dr. Thos. Chalmers: “Há um único sentido óbvio em que Cristo é o fim da Lei, e é quando a Lei,

vista como um aio, nos leva à conclusão, quanto à sua última lição, de que Cristo é o nosso único refúgio, nossa única justiça”. Do mesmo modo o Dr. C. Thomas: “Com Cristo diante de nós, a justiça *legal* chega necessariamente ao fim, e, ao não se submeterem a Cristo, os judeus estavam se recusando a submeter-se ao Deus que lhes dera a Lei”.

5. Outra passagem frequentemente invocada por aqueles que insistem na ab-rogação total da Lei é 2 Co 3. Expressões como “o que é transitório” (v. 11), e “o que está abolido” (v. 13) são consideradas como se aludissem aos Dez Mandamentos, “escritos e gravados em pedras” (v. 7). Que isto é um engano, comprova-se facilmente. Pois, em Rm 13:9 e Ef 6:2, vários dos Dez Mandamentos são citados e aplicados. Isto já é suficiente para provar que a Lei moral *não* é “transitória”. E escrituras como Is 2:2, 3; Jr 31:33, etc., deixam claro que a Lei não está “abolida”.

Em 2 Co 3 (e repetidas vezes através da Epístola), Paulo está argumentando contra falsos “apóstolos” (note 2:17 e veja ainda 6:1; 11:3, 4, 13, 22) os quais, pregando a Lei à exclusão de Cristo, estavam desviando o povo de Deus das bênçãos do novo concerto. Consequentemente, o apóstolo não está tratando aqui da Lei como o padrão moral de conduta dos crentes, mas como aquilo que condena os pecadores. O escritor inspirado está assinalando a loucura de se voltar à Lei como a base de aceitação diante de Deus – que era aquilo sobre o que os falsos apóstolos insistiam. O método que ele segue é traçar uma série de contrastes entre o velho concerto e o novo, demonstrando a imensurável superioridade deste último sobre o primeiro. Ele mostra que, à parte de Cristo, o velho concerto era apenas uma ministração de condenação e morte; que, assim como o corpo sem o espírito está morto, do mesmo modo a Lei sem Cristo era apenas uma “letra” sem vida. 2 Co 3, então, contrasta o Cristianismo com o Judaísmo. O que é “transitório” é o velho concerto; o que está “abolido” (para o cristão) é a lei cerimonial.

6. Na Epístola aos Gálatas há um número considerável de versos que são usados por aqueles que afirmam que a Lei não tem nenhuma relação com os crentes hoje – e.g. 2:19; 3:13; 3:23-25; 4:5; 5:18. Agora, é impossível entender estes versos, a menos que vejamos, primeiro, qual é o tema e o caráter da Epístola na qual se encontram. O tema de Gálatas é a Emancipação do Crente em relação à Lei. O caráter especial da Epístola é que ela foi escrita para confirmar a fé dos cristãos, os quais haviam sido perturbados e agitados pelos judaizantes. Mas uma leitura cuidadosa da Epístola deverá mostrar que a Emancipação aqui contemplada não é da Lei como o

padrão de conduta moral, e sim da maldição ou pena da Lei; e a heresia particular dos judaizantes não era que eles enfatizavam os Dez Mandamentos sobre os santos como uma regra de vida, mas que eles insistiam que as obras da Lei deviam ser cumpridas para que o pecador pudesse ser salvo (veja At 15:1). “O problema na Galácia era o *legalismo* e o *ritualismo*. Estritamente falando, os dois são um; pois a tentativa de assegurar o favor divino através da observância da lei leva inevitavelmente ao ritualismo em sua pior forma. Que os gálatas estavam descendo ao nível da *lei para aceitação diante de Deus* é evidente por todo o teor da Epístola” (Prof. W. G. Morehead sobre “Gálatas”). “O objetivo da Epístola aos Gálatas era restaurar entre eles o Evangelho puro que haviam recebido, mas que haviam misturado com as obras e cerimônias humanas, e com uma noção do seu próprio livre arbítrio e obras, de tal modo que por pouco o haviam perdido” (“A Graça em Gálatas”, do Dr. George S. Bishop).

A questão central levantada em Gálatas não é qual o padrão de conduta para a vida do crente, mas qual é a base da salvação do pecador. Em prova a esta afirmação, note atentamente que, em Gl 1:7, Paulo diz expressamente que os perturbadores judaizantes eram aqueles que “queriam transtornar o *Evangelho* de Cristo”. E ainda, “é evidente que pela Lei *ninguém* será justificado diante de Deus”, etc. (3:11) mostra a linha do argumento. E ainda, “de novo protesto a todo o homem, *que se deixa circuncidar*, que está obrigado a guardar toda a Lei” (5:3 e cf. 6:15) indica em que os judaizantes erravam. Do mesmo modo, “separados estais de Cristo, vós os que vos *justificais* pela Lei; da graça tendes caído” (5:4) evidencia o tema da Epístola. “Cair da graça” não significa o cristão obedecer aos Dez Mandamentos, mas fazer as obras da Lei (moral e cerimonial) *para ser* justificado. A Lei e o Evangelho são irreconciliáveis. Toda tentativa de combiná-los fere igualmente a majestade da Lei e a graça do Evangelho.

Sobre Gl 3:25, o Dr. George Bishop tem o seguinte a dizer: “Não estamos mais debaixo de aio! – ou seja, para disciplina, para pena. Isto não significa para preceito. Não significa que os Dez Mandamentos estão abolidos. Ele simplesmente diz: Você não é salvo por guardar os Mandamentos, nem se perde, caso falhe. É Cristo quem o salvou, e você não pode se perder. Agora, você obedecerá pelo instinto da nova natureza e por gratidão, pois eles são santidade”. Sobre 5:13, 14, ele diz: ‘Servi-vos uns aos outros pelo amor’. Aqui a Lei é introduzida como um serviço. ‘Eu estou entre vós’, disse Jesus, ‘como aquele que serve’ – ‘Se Me amais, *guardai os Meus mandamentos*’. O Novo Testamento repete e aplica todos os Dez Mandamentos. Eles

foram dados para serem guardados, e guardados serão, Mt 5:19. ‘Porque toda a Lei é cumprida em uma só palavra, a saber: Amarás o teu próximo como a ti mesmo’. ‘A Lei é cumprida’ – a Lei foi dada para ser cumprida, não apenas por nós, mas em nós, que andamos não segundo a carne, mas segundo o Espírito. Há o perigo aqui de um equívoco de ambos os lados – pois, se não pregamos somente a fé para a salvação, ninguém é salvo; mas, se pregamos uma fé que não *obedece*, pregamos aquilo que anula a fé que nos salva”.

Sobre Gl 5:18, o Dr. John Eadie tem o seguinte a dizer: “Os gálatas estavam se colocando em sujeição à Lei, e ignorando o governo livre do Espírito. Ser guiado pelo Espírito é incompatível com estar debaixo da Lei. Do mesmo modo o início de Gl 3. Estar debaixo da Lei é, assim, reconhecer a sua reivindicação e procurar obedecê-la *na esperança de merecer a vida eterna*”. Ser guiado pelo Espírito é incompatível com estar debaixo da Lei porque o Espírito Santo conduz o pecador à confiança somente em Cristo para a salvação.

7. “Havendo riscado a cédula que era contra nós nas suas ordenanças, a qual de alguma maneira nos era contrária, e a tirou do meio de nós, cravando-a na cruz” (Cl 2:14). Aqui se assume que a “cédula de ordenanças” refere-se aos Dez Mandamentos, e que “era contra nós” refere-se aos cristãos. Tal distorção é rapidamente revelada uma vez que esta interpretação seja exposta à luz. Observe, antes de tudo, que, no início do verso anterior, o apóstolo refere-se aos crentes *gentios* – “E, quando vós estáveis mortos nos pecados, e na incircuncisão da vossa carne”, etc. O “nós” do v. 14 refere-se então aos crentes judeus. Mas, entre o “vós” e o “nós” há uma palavra que fornece a chave para o que se segue, a saber, a palavra “juntamente”, a qual aqui, assim como em Ef 2:5, 6, aponta para a união espiritual dos gentios que crêem com os judeus que crêem. Os judeus e os gentios que crêem foram “vivificados juntamente”. E como isto poderia ser? Porque eles foram “vivificados juntamente *com Ele*”. Cristo agiu vicariamente, como o Representante de todo o Seu povo, de modo que, quando Ele morreu, todos morreram (judicialmente); quando Ele foi vivificado, todos o foram; quando Ele ressuscitou, todos ressuscitaram – não apenas uma parte deles, mas todos *juntamente*. Mas, para que os judeus e os gentios desfrutem de comunhão, para que sejam trazidos “juntamente”, aquilo que até aqui os havia *separado* devia ser encerrado. E é isto que está em vista em Cl 2:14. A “cédula de ordenanças” era “contra nós”, ou seja, contra os judeus, pois a sua Lei dada por Deus os proibia de todo intercuro religioso com os gentios. Mas o que *havia* sido contrário aos judeus foi *tirado do meio do caminho*, sendo cravado na Cruz.

E esta interpretação também não está sem apoio; ela é indubitavelmente confirmada por uma passagem paralela.

É bem conhecido entre os estudantes da Palavra que as Epístolas de Efésios e Colossenses são em grande parte complementares e suplementares; e frequentemente se descobrirá que uma é absolutamente indispensável à interpretação da outra. Agora, em Ef 2, há uma passagem que é estritamente paralela a esta porção de Cl 2. No v. 11, o apóstolo dirige-se aos santos gentios, que eram da incircuncisão – note a referência à “incircuncisão” em Cl 2:13. Então, no v. 12, ele os lembra de como, em seu estado de não-convertidos, eles estavam “separados da comunidade de Israel”, etc. Mas, no v. 13, ele lhes diz que haviam “chegado perto” pelo sangue de Cristo. O resultado disto é explicado no v. 14: “Porque Ele é a nossa paz, o qual de *ambos* os povos fez um” (i.e. tanto judeus crentes como gentios crentes), o “de ambos fez *um*” sendo paralelo a “vivificados juntamente” de Cl 2:13. A seguir, o apóstolo diz como isto se tornou possível: “E, derrubando a parede de separação que estava no meio” (que havia separado os judeus dos gentios), o que é paralelo a “e a tirou do caminho”, etc. Então o apóstolo declara: “Na Sua carne *aboluiu* a inimizade, isto é, a Lei dos mandamentos, que consistia em ordenanças”, o que é paralelo a “havendo riscado a cédula de ordenanças”! Assim Deus de modo mui gracioso nos tornou totalmente independentes de todas as interpretações humanas sobre Cl 2:13, 14, interpretando-o para nós em Ef 2:11-15. Quanto perdemos por não comparar escritura com escritura!

8. Um outro verso devemos considerar, e este é 1 Tm 1:9, “Sabendo isto, que a Lei não é feita para o justo, mas para os injustos e obstinados, para os ímpios e pecadores”, etc. A chave para este é fornecida no contexto imediato. Nos vv. 3 e 4, o apóstolo manda Timóteo “advertir a alguns, que não ensinem outra doutrina, nem se dêem a fábulas ou a genealogias intermináveis”, etc. Está claro que ele tem em mente aqueles que haviam sido infectados pelos judaizantes. No v. 5, o apóstolo diz a seu filho qual era o “*fim*” dos “mandamentos” – isto é, a Lei moral, como fica claro a partir do que precede e do que se segue. O propósito ou objetivo dessa Lei, que é “santa, justa e boa” (Rm 7:12), era dirigir e fazer progredir o amor a Deus e aos homens; mas este amor (“caridade”) só pode brotar “de um coração puro, e de uma boa consciência, e de uma fé não fingida”.

A seguir, nos vv. 6 e 7, o apóstolo acusa os judaizantes e aqueles que foram afetados por eles de terem se “desviado” do amor e da fé, voltando-se para “vãs conten-



das”, e apresentando-se como mestres da Lei, não entendendo nem o que diziam ou afirmavam. Então, no v. 8, o apóstolo alerta seus leitores para que não façam uma falsa inferência a partir do que ele acabara de dizer no v. 7, e por isso declara: “Sabemos, porém, que a Lei é boa, se alguém dela usa legitimamente”, ampliando assim o que ele havia afirmado no v. 5. Para que eles não pensassem que, porque havia refletido sobre os judaizantes, ele também tivesse desacreditado a própria Lei, ele acrescentou esta salvaguarda no v. 8. “Usar” a Lei “legitimamente” é usá-la tal como Deus pretendeu que fosse usada – não como um meio de salvação, mas como um padrão de conduta; não como a base da nossa justificação, mas como o guia da nossa obediência a Deus. A Lei é usada ilegalmente, não quando apresentada como a regra de vida do crente, mas quando é oposta a Cristo!

Finalmente, nos vv. 9 e 10, o apóstolo contrasta o propósito da Lei no que diz respeito aos crentes e incrédulos: “A Lei não é feita para o justo, mas para os injustos e obstinados”, etc. Isto quer dizer que a Lei, como um instrumento de terror e condenação, não foi feita para o justo, mas para o ímpio. “A Lei, ameaçando, compelindo, condenando, não é feita para um justo, porque ele é instigado ao dever por iniciativa própria, e não é mais guiado pelo espírito de servidão e temor do castigo” (Turretin). “Por Lei deve-se entender a Lei moral, enquanto armada de agulhões e terrores, para restringir os pecadores rebeldes. Por homem justo é significado aquele em quem um princípio de graça divina é implantado, e que, pelo conhecimento e amor a Deus, escolhe as coisas que são agradáveis a Ele. Como a Lei possui vinculadas tantas e severas ameaças à sua transgressão, ela é evidentemente dirigida aos ímpios, que apenas serão compelidos pelo temor da sua injuriosa violação” (Anotações de Poole).

Agora temos examinado todas as passagens de alguma importância no Novo Testamento que são usadas pelos antinomianos modernos. E nenhuma delas possui uma palavra a dizer contra os crentes nesta dispensação *usarem a Lei* como o padrão de sua conduta moral. Em nosso próximo artigo, trataremos do aspecto positivo do assunto, e mostraremos que os filhos de Deus estão obrigados a obedecer aos Dez Mandamentos, não como uma condição de salvação, mas como o guia da sua obediência a Deus.

Neste artigo, afastamo-nos do nosso costume usual, citando um número considerável de comentaristas do passado. Isto foi feito, não porque desejamos apoiar as nossas exposições por um apelo a autoridades humanas – embora as interpretações

de homens piedosos do passado não devam ser desprezadas e consideradas como obsoletas, antes devam receber o exame cuidadoso que merecem, pois foi sob tal ensinamento que foi produzida a conduta cristã que põe em indescritível vergonha a frouxidão do modo de viver cristão moderno. Não, temos apelado para os escritos de exegetas cristãos do passado para que se pudesse ver que não temos dado uma interpretação forçada e nova daquelas passagens que estavam no caminho do que consideramos ser a verdade sobre o tema da relação da Lei com os cristãos; mas, ao invés disso, uma interpretação que, embora resultado de estudo pessoal, está em pleno acordo com aquela dada por muitos aos quais, pela piedade, erudição, discernimento espiritual e conhecimento das Escrituras, poucos hoje são dignos de ser comparados.

## CAPÍTULO 2

### O ASPECTO POSITIVO

Qual é a relação da Lei (os Dez Mandamentos) com os cristãos? Em nosso capítulo anterior, assinalamos como três respostas radicalmente diferentes têm sido dadas a esta questão. A primeira, que os pecadores *tornam-se santos* obedecendo à Lei. Isto é legalismo puro e simples. É heresia da espécie mais perigosa. Todos os que realmente acreditam e agem de acordo com ela como a base da sua aceitação por Deus perecerão eternamente. Segundo, outros dizem que a *Lei não é obrigatória* ao cristão porque ela foi abolida. Isto é, estamos plenamente seguros, um sério erro. Ele surge de uma interpretação equivocada de certas passagens das Epístolas. A tendência inevitável de tal erro é o antinomismo, “converter a graça de Deus em dissolução” (Jd 4). Terceiro, outros afirmam, e o escritor está entre este número, que os Dez Mandamentos são uma expressão do caráter e vontade imutáveis de Deus; que são um padrão moral de conduta que desprezamos para o nosso próprio risco; que são, e sempre serão, *obrigatórios* para todos os cristãos.

Em nosso último capítulo, procuramos preparar o caminho para o presente. Ali, tratamos do aspecto negativo; aqui, trataremos do positivo. No anterior, procuramos apresentar o verdadeiro sentido das principais passagens do Novo Testamento invocadas por aqueles que negam que os Dez Mandamentos sejam atualmente obrigatórios para os cristãos. No presente capítulo, esforçaremos por explicar algumas das muitas passagens no Novo Testamento que *afirmam* que os Dez Mandamentos são atualmente obrigatórios para os cristãos. Portanto, convidamos a mais diligente e piedosa atenção do leitor para as escrituras citadas e para os nossos comentários sobre elas.

1. “Não cuideis que vim destruir a Lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir. Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til jamais passará da Lei, sem que tudo seja cumprido. Qualquer, pois, que violar um destes mandamentos, por menor que seja, e assim ensinar aos homens, será chamado o menor no reino dos céus; aquele, porém, que os cumprir e ensinar será chamado grande no reino dos céus” (Mt 5:17-19). Poderia parecer aos discípulos de Cristo que seu Mestre pretendia pôr de lado Moisés e os profetas, e introduzir um padrão de moralidade completamente novo. De fato, era verdade que Ele exporia o erro de depender da obra da Lei para aceitação diante de Deus (como Moisés e os profetas haviam feito antes dEle); mas não fazia parte do Seu propósito pôr de lado

a Lei em si mesma. Ele estava prestes a corrigir diversas corrupções, que prevaleciam entre os judeus, por isso é cuidadoso em prefaciar o que Ele tem a dizer prevenindo-os a não interpretarem erroneamente os Seus propósitos. Longe de ter qualquer intenção de repudiar Moisés, Ele afirma do modo mais enfático – primeiro, que Ele não veio destruir a Lei; segundo, que Ele veio “cumprir”-la; terceiro, que a Lei é de obrigação perpétua; quarto, que qualquer que viola um dos menores mandamentos da Lei e ensina os outros a cumpri-lo, sofrerá perda; quinto, que aquele que guardou a Lei e ensinou os homens a respeitar e obedecê-la seria recompensado.

“Não vim destruir a Lei” – os profetas simplesmente explicaram a Lei, e censuraram Israel pelo seu fracasso em guardá-la, e os precaveram das conseqüências da desobediência continuada. “Não vim destruir a Lei”. Nada poderia ser mais explícito. A palavra “destruir” aqui significa “dissolver ou subverter”. Quando, então, nosso Senhor disse que não viera destruir a Lei, Ele nos deu a entender que não era o propósito da Sua missão revogar ou anular os Dez Mandamentos; que Ele não viera para libertar os homens das suas obrigações para com os mesmos. E se *Ele* não “destruiu” a Lei, então ninguém poderia destruí-la; e, se ninguém a destruiu, então a Lei ainda permanece com toda a sua autoridade divina; e, se a Lei ainda continua como a expressão imutável do caráter e da vontade de Deus, então toda criatura humana está sob perpétua obrigação de obedecê-la; e, se toda criatura humana, logo, o cristão!

Segundo, o Filho de Deus continuou dizendo: “Não vim destruir, mas cumprir”. A palavra “cumprir” aqui significa “encher, completar”. Cristo “cumpriu” a Lei em três sentidos – primeiro, prestando obediência pessoal aos seus preceitos. A Lei de Deus estava em Seu coração (Sl 40:8), e, em pensamento, palavra e obra, Ele satisfaz perfeitamente as suas exigências; e assim, pela Sua obediência, Ele magnificou a Lei e a honrou (Is 42:21). Segundo, sofrendo (na Cruz) a pena de morte em favor do Seu povo que a tinha transgredido. Terceiro, manifestando a sua plenitude e espiritualidade e ampliando o seu conteúdo. Assim Cristo, o nosso Exemplo, “cumpriu a Lei”.

Longe de Cristo ter revogado a Lei, Ele afirmou expressamente: “até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til jamais passará da Lei, sem que tudo seja cumprido”. Nestas palavras, Ele anuncia a perpetuidade da Lei. Enquanto o céu e a terra durarem, a Lei durará, e, por implicação necessária, as obrigações perpétuas de todos os homens de cumpri-la.

Mas isto não é tudo o que nosso Senhor disse aqui. Com previsão onisciente, Ele antecipou o que Mr. Mead habilmente designou como “o protesto moderno contra a Lei”, e passa a advertir solenemente contra isto. Ele disse: “Qualquer, pois, que violar um destes mandamentos, por menor que seja, e assim ensinar aos homens, será chamado *o menor* no reino dos céus”.

2. “Anulamos, pois, a Lei pela fé? De maneira nenhuma, antes estabelecemos a Lei” (Rm 3:31). Na parte anterior do capítulo, o apóstolo havia provado que “não há um justo, nem um sequer” (v. 10); segundo, ele havia declarado: “Nenhuma carne será justificada pelas obras da Lei” (v. 20); então, nos vv. 21-26, ele havia apresentado o caminho divino da salvação – “pela fé no sangue de Cristo”. No v. 28, ele resume o seu argumento afirmando: “O homem é justificado pela fé sem as obras da Lei”. Nos vv. 29, 30, ele prova que isto vale tanto para judeus como gentios. Então, no v. 31, ele antecipa uma objeção: E quanto à Lei, então? Esta era uma questão muito pertinente. Duas vezes ele havia dito que a justificação era independente das obras da Lei. Se, então, a Lei não servia para nada em efetuar a salvação dos pecadores, ela não tem absolutamente nenhuma função? Se somos salvos “pela fé”, a Lei é inútil? Devemos entender que você quer dizer (Paulo) que a Lei foi anulada? De modo nenhum, é a resposta do apóstolo – “*Estabelecemos a Lei*”.

O que o apóstolo queria dizer quando afirmou: “Estabelecemos a Lei”? Ele queria dizer que, como homens salvos, os cristãos estão sob obrigações *adicionais* de obedecer à Lei, pois agora eles são providos de novos e mais poderosos motivos para servir a Deus. A justiça imputada ao crente produz no justificado um tipo e um grau de obediência que, de outro modo, não poderia ter sido alcançada. Longe de tornar sem efeito ou anular a autoridade e o uso da Lei, ela as *mantém e confirma*. A *nossa* obrigação moral para com Deus e o nosso próximo não foi enfraquecida, mas fortalecida. Abaixo apresentamos um ou dois breves excertos de outros expositores: “Será que a doutrina da fé não esvazia o Antigo Testamento do seu significado, e será que não anula a lei, e conduz ao seu desprezo? Será que não abre a porta para a licenciosidade de vida? A isto o apóstolo responde – de modo nenhum; mas, pelo contrário, o Evangelho põe a lei em uma base apropriada e a estabelece em seu fundamento como uma revelação da vontade de Deus” (Dr. Griffith-Thomas).

“Cancelamos a lei, então, por esta nossa fé? Abrimos a porta, então, para a licenciosidade moral? Abolimos o código e o preceito, então, quando não pedimos conduta, mas fé? Fora com este pensamento; não, nós estabelecemos a lei; seguimos o pró-

prio caminho para dar uma nova sacralidade a cada mandamento seu, e para revelar um novo poder para o cumprimento de todos eles. Mas como é isto, e como deve ser, o argumento posterior mostrará” (Dr. Handly Moule).

“*Objeção*: Se o homem é justificado pela fé sem as obras, será que isto não anula completamente a lei, ou seja, não ensina a ilegalidade? *Resposta*: De modo nenhum. Isto estabelece a lei. Quando um homem é salvo pela graça, isto não o torna sem lei. Há um poder dentro dele que não destrói, mas fortalece a lei, e faz com que ele a guarde, não por temor, mas por amor a Deus” (H. S. Miller, M.A.).

3. “Porque, segundo o homem interior, tenho prazer na Lei de Deus; ... com o entendimento sirvo à Lei de Deus” (Rm 7:22-25). Neste capítulo, o apóstolo faz duas coisas: primeiro, ele mostra qual não é e qual é a relação da Lei com o crente – judicialmente, o crente está emancipado da maldição ou pena da Lei (7:1-6); moralmente, o crente está sob a obrigação de obedecer à Lei (vv. 22, 25). Em segundo lugar, ele previne uma falsa inferência deduzida a partir do que havia ensinado no capítulo 6. Em 6:1-11, ele apresenta a *identificação do crente com Cristo* como “morto para o pecado” (vv. 2, 7, etc.). Então, do v. 11 em diante, ele mostra o efeito que esta verdade deveria ter sobre o andar do crente. No capítulo 7, ele segue a mesma ordem de pensamento. Em 7:1-6, ele trata da *identificação do crente com Cristo* como “morto para a lei” (veja vv. 4 e 6). Então, do v. 7 em diante, ele descreve as experiências do cristão. Assim, a primeira metade de Rm 6 e a primeira metade de Rm 7 tratam da posição do crente, ao passo que a segunda metade de cada capítulo trata da condição do crente; mas com esta diferença: a segunda metade de Rm 6 revela qual deve ser a nossa condição, ao passo que a segunda metade de Rm 7 (vv. 13-25) mostra qual *é realmente* a nossa condição.<sup>1</sup>

A controvérsia que tem se desencadeado sobre Rm 7 é em grande parte fruto do perfeccionismo de Wesley e de seus seguidores. Que irmãos, aos quais temos motivo para respeitar, tenham adotado este erro em uma forma modificada, apenas mostra quão difundido está hoje o espírito do laodiceanismo. Falar de “sair de Rm 7 para entrar em Rm 8” é inescusável loucura. Rm 7 e 8 aplicam-se *ambos*, com força e pertinência reduzidas, a cada crente sobre a terra hoje. A segunda metade de Rm 7 descreve o *conflito* das duas naturezas no filho de Deus; simplesmente apresenta em detalhes o que é resumido em Gl 5:17. Rm 7:14, 15, 18, 19, 21 atualmente valem para cada crente sobre a terra. Cada cristão fica aquém, muito aquém do pa-

---

<sup>1</sup> Os vv. 8-12 são mais ou menos da natureza de um parêntese.

drão colocado diante de si – queremos dizer o padrão *de Deus*, não o dos mestres da assim chamada “vida vitoriosa”. Se algum leitor cristão estiver pronto a dizer que Rm 7:19 não descreve a sua vida, dizemos, com toda a amabilidade, que lamentavelmente ele está enganado. Não queremos dizer com isto que todo cristão quebra as leis dos homens, ou que é um transgressor público das leis de Deus. Mas queremos dizer que a sua vida está muito, muito abaixo do nível de vida que nosso Salvador viveu aqui na terra. Queremos dizer que há muita coisa da “carne” ainda evidente em *todo* cristão – e não menos naqueles que fazem ostentações tão sonoras de suas realizações espirituais. Queremos dizer que todo cristão tem urgente necessidade de orar diariamente pelo perdão de seus pecados diários (Lc 11:4), pois “todos tropeçamos em muitas coisas” (Tg 3:2, R.V.).

A segunda metade de Rm 7, então, está descrevendo a *condição* do cristão, ou seja, o conflito entre as duas naturezas em seu interior. No v. 14, o apóstolo declara: “Sabemos que a Lei é espiritual”. Como esta linguagem é diferente do modo aviltante como muitos agora se referem à Lei de Deus! No v. 22, ele exclama: “Segundo o homem interior, tenho prazer na Lei de Deus”. Como isso está distante da ilusão de que a Lei foi abolida, e que ela não serve mais para nada para o cristão! O apóstolo Paulo não ignorou a Lei, muito menos a considerou como um inimigo. A nova natureza em seu interior deleitava-se nela; assim também o Salmista – veja Sl 119:72, 97, 140. Mas a velha natureza ainda estava dentro dele também, combatendo contra a nova, e colocando-o em cativo à lei do pecado, de modo que ele clamou: “Misericórdia! homem que eu sou! quem me livrará do corpo desta morte?” (v. 24) – e, sinceramente, temos pena de todo cristão professo que não faz eco a este clamor. A seguir, o apóstolo agradece a Deus porque ele ainda será livrado “por Jesus Cristo nosso Senhor” (v. 25), não “pelo poder do Espírito Santo”, note! O livramento é futuro, na volta de Cristo, veja Fp 3:20, etc. Finalmente, e assinale que isto vem *depois* de ele ter falado acerca do “livramento” prometido, ele resume a sua experiência *dual* dizendo: “Assim que eu mesmo com o entendimento sirvo à Lei de Deus, mas com a carne à lei do pecado”. Algo poderia ser mais claro? Ao invés de afirmar que a Lei não tinha nada a ver com ele como cristão, nem ele com ela, ele declarou expressamente que servia “à Lei de Deus”. Isto é suficiente para nós. Que os outros se recusem a “servir” à *Lei de Deus* para o seu próprio risco.

4. “Quem ama aos outros cumpriu a Lei. Com efeito: Não adulterarás, não matarás, não furtarás, não darás falso testemunho, não cobiçarás; e se há algum outro mandamento, tudo nesta palavra se resume: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. O

amor não faz mal ao próximo. De sorte que o cumprimento da Lei é o amor” (Rm 13:8-10). Aqui, novamente, o apóstolo, longe de fornecer o mínimo encorajamento à estranha ilusão de que os Dez Mandamentos se tornaram obsoletos para os cristãos, na verdade cita *cinco* deles, e então declara: “O cumprimento da Lei é o amor”. O amor não é uma substituição para a obediência da Lei, mas *é aquilo que induz o crente a prestar obediência a ela*. Note atentamente, não é: “a ab-rogação da Lei é o amor”, mas: “o cumprimento da Lei é o amor”. “Toda a Lei está fundamentada no amor a Deus e no amor ao homem. Isto não pode ser violado sem a transgressão da Lei; e, se há amor, o mesmo nos influenciará à observância de todos os mandamentos de Deus” (Haldane). O amor é o cumprimento da Lei porque o amor é aquilo que a Lei demanda. As proibições da Lei não são restrições irracionais à liberdade cristã, mas as justas e sábias exigências do amor. Podemos acrescentar que o que foi dito acima é outra passagem que serve para explicar Rm 3:31, pois ela fornece um exemplo prático do modo como o Evangelho estabelece a Lei como a expressão da vontade divina, a qual somente o amor pode cumprir.

6. “Porque, sendo livre para com todos, fiz-me servo de todos para ganhar ainda mais. E fiz-me como judeu para os judeus, para ganhar os judeus; para os que estão debaixo da Lei, como se estivesse debaixo da Lei, para ganhar os que estão debaixo da Lei. Para os que estão sem Lei, como se estivesse sem Lei (não estando sem Lei para com Deus, mas debaixo da Lei para com Cristo), para ganhar os que estão sem Lei” (1 Co 9:19-22). O pensamento central desta passagem é como o apóstolo renunciava à sua liberdade cristã por amor do Evangelho. Embora “livre” de todos, não obstante, ele se fazia “servo” de todos. Para os judeus não-convertidos ele “tornou-se um judeu” – At 16:3 fornece uma ilustração. Para aqueles que se consideravam ainda sob a lei cerimonial, ele agia conformemente – At 21:26 fornece um exemplo disto. Para os que estavam sem Lei, ou seja, os gentios sem a lei cerimonial, ele se abstinha do uso de todas as cerimônias tal como eles faziam – cf. Gl 2:3. Contudo, ele não agia como se estivesse “sem Lei *para com Deus*”, mas, ao invés disso, como “*debaixo da Lei para com Cristo*”, ou seja, como ainda estando sob a Lei moral de Deus. Ele nunca se considerava livre *dela*, nem faria qualquer coisa contrária à Lei eterna da justiça. Estar “debaixo da Lei para com Deus” é, sem dúvida, estar sob a Lei de Deus. Portanto, estar debaixo da Lei para com Cristo, é estar sob a Lei de Deus, pois a Lei não foi ab-rogada, mas aplicada por Cristo. Este texto fornece, então, uma resposta clara e decisiva para a questão de *como* o crente está debaixo da Lei de Deus – a saber, na medida em que ele está “debaixo da Lei para com Cristo”, pertencendo a Cristo, tal como pertence, por redenção.



7. “Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade. Não useis então da liberdade para dar ocasião à carne, mas servi-vos uns aos outros em amor. Porque toda a Lei se cumpre numa só palavra, nesta: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo” (Gl 5:13, 14). Aqui o apóstolo primeiro lembra os santos gálatas (e nós) de que eles haviam sido chamados para a “liberdade”, ou seja, da maldição da Lei moral (3:13). Segundo, ele define os limites dessa liberdade, e mostra que ela não deve se deteriorar em licença carnal, mas que está limitada pelas exigências da imutável Lei moral de Deus, a qual exige que amemos o nosso próximo como a nós mesmos. Terceiro, ele repete aqui o que havia dito em Rm 13:8-10, a saber, que o amor é o cumprimento da Lei. O novo mandamento de amar os nossos irmãos é abrangido no velho mandamento de amar o nosso próximo, por isso o primeiro é *reforçado* por um apelo ao último.

“Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade. Não useis então da liberdade para dar ocasião à carne, mas servi-vos uns aos outros em amor” (Gl 5:13). Citamos aqui parte dos comentários do falecido Dr. George Bishop sobre este verso: “O apóstolo aqui enfatiza um perigo. O crente, antes de crer, apoiava-se em suas obras para salvá-lo. Após crer, vendo que não é salvo de modo algum pelas suas obras, ele está em perigo de desprezar as boas obras e minimizar o seu valor. A princípio, ele era um arminiano vivendo pela lei; agora, ele está em perigo de tornar-se um antinomiano e colocar a lei completamente de lado.

“Mas a lei é santa, e o mandamento santo, e justo, e bom’. Ela é o padrão de Deus – a Norma eterna. Cumprida por Cristo por nós, ela ainda permanece a reta e inerente regra de justiça. Estamos sem a lei para a salvação, mas não sem a lei para a obediência. Os anjos estão sob a lei de ‘guardar os mandamentos de Deus, ouvindo à voz da Sua palavra’ (Sl 103:20). A lei então é imutável – o seu reinado, universal e sem exceção. A lei! Ela é a transcrição da perfeição divina; o padrão da justiça eterna; a alegria e o êxtase de todos os seres santos. A lei! Estamos acima dela para a salvação, mas debaixo dela, ou antes nela e ela em nós, como um princípio de santidade” (Grace in Galatians).

8. “Vós, filhos, sede obedientes a vossos pais no Senhor, porque isto é justo. Honra a teu pai e a tua mãe, que é o primeiro mandamento com promessa; para que te vá bem, e vivas muito tempo sobre a terra” (Ef 6:1-3). Uma vez mais temos uma citação direta das tábuas de pedra como o regulador da consciência *cristã*. Primeiro, o apóstolo manda aos filhos que obedeçam aos seus pais no Senhor. Segundo, ele *reforça*

isto por um apelo ao quinto mandamento no Decálogo. Que prova é isto de que o cristão está debaixo da Lei (pois o apóstolo está escrevendo a cristãos), debaixo dela “para com Cristo”. Terceiro, não apenas o apóstolo cita aqui o quinto mandamento, mas nos lembra de que há *uma promessa* anexada ao mesmo, uma promessa concernente à prolongação da vida *terrena*. Como isto refuta aqueles que declaram que as nossas bênçãos são todas espirituais e celestiais (Ef 1:3). Que aqueles que estão constantemente criticando aqueles que enfatizam sobre os filhos de Deus as escrituras que têm a ver com a nossa *caminhada terrena*, e que chamam isto de “descer da nossa posição nos lugares celestiais”, ponderem cuidadosamente Ef 6:2, 3 e também 1 Tm 4:8 – “Porque o exercício corporal para pouco aproveita, mas a piedade para tudo é proveitosa, tendo a promessa da vida presente e da que há de vir”; e que estudem também 1 Pe 3:10. Na administração do Seu governo, Deus age sobre princípios imutáveis.<sup>2</sup>

9. “Sabemos, porém, que a Lei é boa, se alguém dela usa legitimamente” (1 Tm 1:8). A Lei é usada *ilegitimamente* quando pecadores se apóiam em sua obediência imperfeita a ela como a base da sua aceitação por Deus. Do mesmo modo, os crentes também a usam *ilegitimamente* quando obedecem aos seus preceitos por temor servil. Mas, usada legitimamente, a Lei é boa. Isto nunca poderia ter sido dito se a Lei fosse um inimigo a ser evitado. Nem poderia ter sido dito se ela tivesse sido anulada para o cristão. Neste caso, o apóstolo teria dito: “A Lei não é obrigatória para nós”. Mas ele não disse isto. Antes, ele declarou: “A Lei é boa”. Ele disse mais do que isso, ele afirmou: “*Sabemos* que a Lei é boa”. Não é um ponto debatível, antes é um que foi divinamente decidido por nós. Mas a Lei só é “boa” se alguém (no grego, qualquer um) usa dela legitimamente. Usar a Lei legitimamente é considerá-la como a expressão imutável da vontade de Deus, e, portanto, “deleitar-se” nela. Usar a Lei legitimamente é recebê-la como o censor da nossa conduta. Usar a Lei legitimamente é “cumprir”-la em amor.

10. “Eis que virão dias, diz o Senhor, em que com a casa de Israel e com a casa de Judá estabelecerei uma nova aliança ... Esta é a aliança que depois daqueles dias farei com a casa de Israel, diz o Senhor; porei as Minhas leis no seu entendimento, e em seu coração as escreverei” (Hb 8:8, 10). Note-se atentamente que esta passa-

---

<sup>2</sup> Que alguns filhos obedientes tenham vida curta não desmente a palavra de Deus mais do que o fato de que alguns homens diligentes sejam pobres, contudo, Pv 10:4 diz: “A mão dos diligentes enriquece”. A verdade é que estas promessas revelam o propósito geral de Deus, mas Ele sempre reserva para Si o direito soberano de fazer de quem Ele quiser exceções à regra geral.

gem demonstra inequivocamente duas coisas: primeiro, ela prova conclusivamente que a Lei *não foi* “abolida”! Segundo, ela prova que a Lei tem sim um uso e valor para aqueles que são *salvos*, pois é o Israel salvo que aqui está em vista! E também não é possível qualquer espaço para dúvida quanto a se isto se aplica ou não a cristãos gentios agora.

A passagem há pouco citada refere-se ao “*novo concerto*”. Será que o novo *concerto é restrito a Israel*? Enfaticamente, não. Nosso Salvador não disse na Santa Ceia: “Isto é o Meu sangue, o sangue do Novo Concerto, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados” (Mt 26:28, R.V.)? Será que o sangue de Cristo do Novo Concerto era limitado a Israel? Certamente que não. Note como o apóstolo cita as palavras de nosso Senhor quando escreve aos *coríntios*, veja 1 Co 11:25. Do mesmo modo, em 2 Co 3:6 o apóstolo Paulo também declara que Deus nos fez (não vai nos fazer) “ministros do novo concerto”. Isto é prova positiva de que os *cristãos* estão debaixo do novo concerto. O novo concerto é feito com todos aqueles por quem Cristo morreu, e, portanto, Hb 8:8-10 nos assegura de que Deus põe as Suas leis nas mentes e as escreve nos corações de cada um dos Seus redimidos.

Mas alguns estão tão ansiosos por se agarrar a tudo o que eles imaginam que favorece a sua argumentação de que em sentido algum os crentes estão debaixo da Lei, que esta passagem às vezes é invocada em apoio. Argumenta-se que, visto como Deus agora escreveu (pela regeneração) a Lei no coração do crente, Ele não precisa mais de nenhum mandamento *exterior* para governar e direcioná-lo. O princípio interior, afirma-se, agora o moverá espontaneamente, de modo que toda a necessidade da lei *externa* é removida. Este erro foi tão habilmente exposto cinquenta anos atrás por Dr. Martin, que transcrevemos uma parte da sua refutação:

“Como foi com os nossos primeiros pais? Se alguma vez a lei exterior, categórica e imperativa, poderia ter sido dispensada, poderia no caso de Adão. Em todo o alcance da sua natureza, não havia *nada* de avesso à lei de Deus. Ele era uma lei para si mesmo. Ele era a lei moral para si mesmo; amando a Deus de todo o seu coração, e ao seu próximo como a si mesmo, em todas as coisas contente, em nada cobiçoso. Era o mandamento imperativo, autoritativo, soberano, portanto, absolutamente desnecessário? Deus achou desnecessário dizer para ele: Tu farás, ou: Tu não farás? Foi exatamente aquilo que a sabedoria infinita viu que ele precisava. E, por isso, Ele deu mandamento – ‘Não comerás’.

“Como foi com o último Adão? Toda a lei de Deus estava operando em Seu coração, um princípio interior de graça; Ele certamente poderia, se alguém pudesse, ter prescindido da estrita, imperativa e autoritativa lei e mandamento. ‘Deleito-Me em fazer a Tua vontade, ó Deus Meu; sim, a Tua Lei está dentro do Meu coração’. Não havia, portanto, nenhum mandamento colocado – nenhum estatuto de obediência ordenado – para Ele? Ou será que Ele se queixou de que houvesse? Não; eu O ouço especialmente Se regozijando nisto. Cada palavra que Ele expressou, cada obra que Ele fez, foi por mandamento: ‘O Pai, que Me enviou, ele Me deu mandamento sobre o que hei de dizer e sobre o que hei de falar; portanto, o que eu falo, falo-o como o Pai me deu *mandamento*’.

“E os Seus membros, ainda que o Espírito regenerador habite neles, reivindicarão uma isenção daquilo de que o Filho não foi isento? Os crentes, porque o Espírito põe a lei em seus corações, reivindicarão um direito de agir meramente pelo ditado do princípio gracioso interior, sem entraves, não-controlados por um estatuto peremptório exterior? Apelo para Paulo no capítulo sete de Romanos, onde ele diz: ‘A lei é santa’, e acrescenta, como se para mostrar que não era nenhuma lei do coração atuando no interior, mas a lei mandatária de Deus à vontade: ‘a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom’. E apelo para o doce cantor de Israel, conforme o vejo no Sl 119, que é do começo ao fim o suspiro de um coração no qual a lei de Deus está escrita, reconhecendo-se com alegria como estando debaixo da lei peremptória exterior. ‘Tu ordenaste os Teus mandamentos, para que diligentemente os observássemos’”.

11. “Se cumprirdes, conforme a Escritura, a Lei real: Amarás a teu próximo como a ti mesmo, bem fazeis” (Tg 2:8). O propósito imediato do apóstolo era corrigir um mal – comum em todos os lugares e épocas – do qual seus irmãos eram culpados. Eles haviam prestado deferência aos ricos, e lhes mostrado maior respeito do que aos pobres que assistiam à sua assembléia (veja os versos precedentes). Eles haviam, na verdade, “desonrado o pobre” (v. 6). O resultado era que o bom nome de Cristo havia sido “blasfemado” (v. 7). Agora, é surpreendente observar o *método* seguido e o fundamento do apelo feito pelo apóstolo Tiago ao corrigir este mal.

Primeiro, ele diz: “Se cumprirdes, conforme a Escritura, a Lei real: Amarás a teu próximo como a ti mesmo, bem fazeis. Mas, se fazeis acepção de pessoas, cometeis pecado, e sois redargüidos pela Lei como transgressores” (vv. 8, 9). Ele mostra que, ao desprezar o pobre, eles haviam transgredido a Lei, pois a Lei diz: “Amarás o teu

próximo como a ti mesmo”. Aqui, então, está a prova positiva de que a Lei era obrigatória para aqueles a quem Tiago escrevia, pois é impossível que alguém que esteja em todo o sentido “morto para a Lei” seja um “transgressor” dela. E aqui é provável que alguns levantem a minúcia de que a Epístola de Tiago é *judaica*. Verdade, a Epístola é dirigida às doze tribos dispersas. Contudo, não se pode negar que o apóstolo estava escrevendo a homens de fé (1:3); homens que haviam sido regenerados – “gerados” (1:18); homens que eram chamados pelo bom nome de Cristo (2:7) e, portanto, cristãos. E é diante deles que o apóstolo aqui apela para a Lei! – outra prova conclusiva de que a Lei *não foi “abolida”*.

O apóstolo aqui chama a Lei de “Lei real”. Isto era para enfatizar a sua *autoridade*, e para lembrar seus irmãos regenerados de que o menor desvio dela era rebelião. A “Lei real” também chamava a atenção para a suprema *dignidade* do seu Autor. Esta Lei real, aprendemos, está transcrita “nas Escrituras” – a referência aqui era, naturalmente, às Escrituras do Antigo Testamento.

A seguir, o apóstolo diz: “Porque qualquer que guardar toda a Lei, e tropeçar em um só ponto, tornou-se culpado de todos. Porque aquele que disse: Não cometerás adultério, *também* disse: Não matarás. Se tu pois não cometeres adultério, mas *matares*, estás feito transgressor da lei” (vv. 10, 11). Seu propósito é evidente. Ele insiste com aqueles a quem escreve que, aquele que falha em amar ao seu próximo é tão exata e verdadeiramente *transgressor* da “Lei” como o homem que é culpado de adultério ou assassinato, pois ele se *rebelou* contra a *autoridade* daquele que deu toda a Lei. Nesta citação do 6º. e 7º. mandamentos, toda a dúvida é removida quanto a qual é a “Lei” em vista nesta passagem.

Finalmente, o apóstolo diz: “Assim falai, e assim procedei, como devendo ser julgados pela Lei da liberdade. Porque o juízo será sem misericórdia sobre aquele que não fez misericórdia; e a misericórdia triunfa do juízo” (vv. 12, 13). Isto é solene e precisa ser urgentemente enfatizado sobre o povo do Senhor hoje – os *cristãos* vão ser “julgados pela Lei”! A Lei é o imutável padrão de conduta de Deus para todos; e igualmente todos, santos e pecadores, vão ser pesados em suas balanças; é claro que não para determinar o seu destino eterno, mas para definir a distribuição de recompensa e castigo. Deve ser óbvio para todos que a própria palavra “recompensa” implica em obediência à Lei! Seja isto repetido, porém, que este juízo para os cristãos não tem absolutamente nada a ver com a sua salvação. Ao invés disso, é para determinar a medida de recompensa de que desfrutarão no Céu. Se alguém obje-

tasse contra a idéia de algum juízo futuro (*não* “castigo”, mas “juízo”) para os cristãos, gostaríamos de lhes pedir que ponderassem cuidadosamente 1 Co 11:31, 32; 2 Tm 4:1; Hb 10:30 – em cada caso, a palavra grega é a mesma que aqui em Tg 2:12.

Deve ser notado que o apóstolo aqui designa a Lei pela qual seremos julgados de “Lei da liberdade”. Ela é, naturalmente, a *mesma* que a “Lei real” do v. 8. Mas por que designá-la como Lei *da liberdade*? Porque assim ela é para o cristão. Ele a obedece (ou deveria fazê-lo) não por temor, mas por amor. A única “liberdade” verdadeira está na completa sujeição a Deus. Havia, também, uma propriedade peculiar no apóstolo Tiago em designar aqui a Lei de Deus como “Lei da liberdade”. Seus irmãos haviam sido culpados de “fazer acepção de pessoas”, mostrando indevida deferência pelos ricos; e isto era, na verdade, *servilismo* da pior espécie. Mas “amar o próximo” nos *libertará* disto.

12. Outras passagens no Novo Testamento que mostram mais diretamente a relação da Lei com os crentes poderiam ser citadas, mas encerramos chamando a atenção para 1 Jo 2:6, “Aquele que diz que está nEle, também *deve* andar *como* Ele andou”. Isto é muito simples e, contudo, profundamente importante. O crente aqui é exortado a regular o seu “andar” pelo andar *de Cristo*. Como Ele “andou”? Respondemos: em perfeita obediência à Lei de Deus. Gálatas 4:4 nos diz: “Deus enviou Seu Filho, nascido de mulher, *nascido sob a Lei*”. Salmo 40:8 declara que a *Lei* de Deus estava em Seu coração. Todas as coisas registradas a respeito do Salvador nos quatro Evangelhos evidenciam a Sua completa sujeição à Lei. Então, se o cristão deseja honrar e agradar a Deus, se quer andar como Cristo andou, ele deve regular a sua conduta por e prestar obediência aos *Dez Mandamentos*. Não queremos insistir por um momento que o cristão *não tenha nada mais* do que os Dez Mandamentos para regular a sua conduta. Não; Cristo veio para “cumprir” a Lei, e, conforme indicamos, uma coisa isto significa, e é que Ele proclamou a plenitude do seu conteúdo, Ele trouxe à luz a sua excelente espiritualidade, Ele nos mostrou (tanto diretamente como através dos Seus apóstolos) a sua multiforme aplicação. Mas seja qual for a ampliação que a Lei tenha recebido no Novo Testamento, nada foi dado por Deus que em qualquer sentido esteja em conflito com o que Ele primeiro gravou na natureza moral do homem, e depois escreveu com o Seu próprio dedo no Sinai – nada que modifique no mínimo a sua autoridade ou a nossa obrigação de prestar obediência a ela.

Que o Espírito Santo ilumine os nossos entendimentos obscurecidos pelo pecado e atraia os nossos corações a Deus, de tal modo que verdadeiramente digamos: “Melhor é para mim a Lei da Tua boca do que milhares de ouro ou prata ... Oh! quanto amo a Tua Lei! É a minha meditação em todo o dia” (Sl 119:72, 97).